
**Ciências da comunicação contra a desinformação:
a favor do jornalismo e da democracia⁶²**

**Communication sciences against disinformation:
in favor of journalism and democracy**

Juliana Paula Fernandes ALVES⁶³
Geovanna Teixeira NASCIMENTO⁶⁴
Fabiana Cardoso de SIQUEIRA⁶⁵
Norma Maria Meireles Macedo MAFALDO⁶⁶

Nos últimos anos, a forma como produzimos e consumimos notícias mudou. Com o advento das plataformas sociais digitais, a informação é transmitida tão velozmente quanto um vírus. E neste ambiente, por muitas razões, a desinformação tem um alcance superior ao da imprensa, se configurando como uma ameaça ao jornalismo e, principalmente, à democracia.

Consciente dos efeitos desastrosos da superindústria da desinformação, o jornalista e professor Eugênio Bucci afirma, no entanto, que não estamos diante de um dilema sem solução. Para ele, no contexto em que vivemos, uma intervenção eficaz contra a desinformação passa pela regulação do mercado das redes digitais. Nesta entrevista, Bucci reflete sobre as ciências da comunicação contra a desinformação, a favor do jornalismo e da democracia.

Eugênio Bucci é professor titular na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Ele desenvolve pesquisas nas áreas de informação e cultura democrática, ética e imprensa, comunicação pública e superindústria do imaginário. Entre outros reconhecimentos, recebeu o prêmio Excelência Jornalística da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), em 2011, o Prêmio Esso de Melhor Contribuição à Imprensa (2013) pela Revista de Jornalismo ESPM e foi homenageado na edição de 2017 do Prêmio Especialistas - Negócios da Comunicação.

⁶² Entrevista realizada no dia 1 de julho de 2022 por videoconferência.

⁶³ Estudante do 8º período da graduação em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: jupaula.alves@gmail.com

⁶⁴ Orientadora do trabalho. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: geovanna.gil@gmail.com

⁶⁵ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: fabiana.siqueira@academico.ufpb.br

⁶⁶ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Radialismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: norma.meireles@academico.ufpb.br

Escreveu, entre outros livros, *O Estado de Narciso* (2015) e *A forma bruta dos protestos* (2016), ambos pela Companhia das Letras, *Existe democracia sem verdade factual?* (2019), pela Editora Estação das Letras e Cores e *A Superindústria do Imaginário* (2021), pela Editora Autêntica.

Professor, para início de conversa, o que é desinformação?

É um capítulo muito vasto e, normalmente, na minha modesta maneira de ver, muito propenso a confusões. Nós temos chamado de desinformação o efeito e o produto de uma indústria poderosa, que tem atuado mediante uma complexa divisão de trabalho, com investimentos e muito anonimato para minar as instituições democráticas e corroer a confiança. Isso com base na confusão das pessoas nas instituições que observam a verdade factual, o conhecimento, o saber e a ciência de uma maneira geral. A desinformação não é, propriamente, o simples estado daqueles que não se informaram. Genericamente, o termo pode contemplar esse sentido. Mas nós temos chamado de desinformação os efeitos instaurados por essa indústria. Eu diria também por uma superindústria, que vem destruindo os fundamentos daquilo que nós chamamos de informação. Essa indústria tem um projeto, tem uma finalidade: o desmantelamento do Estado Democrático de Direito e da observância dos direitos das pessoas, que no regime de liberdade só podem ser direitos que se expandem e não que se contraem.

As confusões que esse termo dá abrigo podem ser nominadas por mim. Por exemplo: *fake news* tem sido um termo empregado para designar qualquer tipo de mentira, e não é. *Fake news* tem é uma forma histórica de uma mentira nos meios de comunicação. As mentiras são tão antigas quanto à linguagem e, especialmente na nossa matéria, tão antigas quanto a ação política.

As *fake news*, no entanto, são uma forma social da mentira, que só se tornou possível após a existência do que chamamos de “news”, segundo os formatos da instituição da imprensa, e após o advento das redes sociais, das plataformas das comunicações digitais. Trata-se de uma falsificação de forma e de uma fraude de conteúdo. Mas, a própria noção de *fake news* é imprecisa. Por isso, nós temos preferido o termo desinformação. A desinformação, portanto, é um produto de uma superindústria vocacionada para a destruição do Estado de Direito e da ordem democrática.

Em 2020, o senhor publicou um artigo no Estadão sobre desinformação⁶⁷ e disse que o alcance dessa indústria é incomparavelmente superior ao da imprensa. Considerando essa sua afirmação, qual o propósito dessa grande indústria articulada?

Isso nos leva a considerar uma teia, um tanto labiríntica, de conexões entre a dinâmica própria das mídias digitais e o propósito de organizações de extrema direita, de cunho antidemocrático. Há, por assim dizer, uma simbiose. E essa relação nós precisamos compreender melhor. Porque mentiras são usadas pelas organizações políticas desde sempre. Hoje, existe uso da mentira em partidos de esquerda e partidos de direita. Não há um campo do espectro ideológico que tenha monopólio sobre a mentira. Nesse sentido, a mentira é bastante democrática. Mas a mentira funciona mais com as organizações de extrema direita e com os públicos mais afeitos a esse tipo de discurso antidemocrático, autocrático ou populista de direita.

O lastro na verdade factual é mais forte em organizações mais à esquerda ou ao centro, que tendem a discutir os fatos. E é mais fraco na extrema direita, onde só se comenta e se celebra o que podemos chamar de fanatismo. Vimos isso no caso brasileiro em temas relacionados às vacinas, ao uso de máscara, à prescrição de substâncias comprovadamente ineficazes contra a covid-19. Esta pode ser uma explicação para essa aderência maior entre as organizações de direita, de extrema-direita antidemocrática e os mecanismos de comunicação das plataformas sociais e da internet. Esta é a metade da equação.

A outra metade tem a ver com uma comunicação baseada em emoções, impulsos, identificações. Freud fala de relações libidinais nessas identificações. E essa comunicação ganhou força com as plataformas sociais e as tecnologias digitais em geral. Não é uma grande novidade, porque isso já aparecia nos meios de comunicação de massa, especialmente a televisão. O que preside a definição da programação e as preferências do público são, eu diria, adesivos de identificação. Não são operações que mobilizam o pensamento, mas certas emoções. O desejo é o vetor principal da condução das massas e dos meios de comunicação, e não a razão.

⁶⁷ ESTADÃO. *O que é desinformação?*. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,o-que-e-desinformacao,70003323912>. Acesso em: 28 jun. 2022.

Ora, essa natureza ditada pelo desejo conversa muito de perto com a convocação das organizações de extrema-direita antidemocrática para as massas. É uma convocação que também chama pelo desejo. Por que essas organizações vendem uma certeza? Porque essa certeza sacia uma aflição de vivermos num tempo em que tudo é incerto. A extrema-direita não convive com a dúvida, e por isso ela tende a ser impositiva. O canal perfeito para esse tipo de discurso é o canal que as plataformas construíram. É por essa razão que as plataformas sociais são tão propícias às pregações da extrema-direita antidemocrática. Há uma identidade profunda entre o universo comunicacional das plataformas e o modo pelo qual a extrema-direita antidemocrática convoca as massas. É como se uma coisa tivesse nascido para a outra.

Observando o atual e complexo cenário das grandes mídias digitais no contexto da desinformação, é possível apontar onde nós, enquanto sociedade, falhamos? E nessa perspectiva, o que é reversível?

Onde a gente falhou... essa é uma grande pergunta. Eu penso que existe um campo de ação para o Estado Democrático de Direito, e é o da regulação. Nós, eu digo cidadãos da democracia do mundo, talvez tenhamos subestimado o potencial destrutivo desse fenômeno com o qual estamos lidando agora. Eu acredito que falhamos em retardar uma regulação dos mercados alcançados pelos conglomerados monopolistas globais. Nós podemos agir estruturando uma forma de intervenção democrática para regular esses mercados.

Deixe-me explicar: a radiodifusão em emissoras ou redes é regulamentada e regulada nos Estados Unidos, na Europa, no Canadá, Japão e em vários países desde meados do século passado. Isso não é um tabu. Ao contrário, isso é parte do alicerce do Estado Democrático de Direito. Muita gente pensa que a bandeira da regulamentação das comunicações é uma bandeira de esquerda, mas não. Ela é uma necessidade estrutural da democracia. No Brasil, nós temos algumas distorções porque nós estamos muito atrasados nessa matéria. Portanto, falhamos em retardar a regulamentação e a regulação. Como podemos melhorar? Regulando esses mercados.

Em um artigo publicado na revista Problemas Brasileiros, em 2018, o senhor comentou sobre “Desinformação e redes sociais” (BUCCI, 2018). Nele, afirmou que “quando estamos numa democracia, todo esforço de combate às fake news deve começar pelos fortalecimentos da liberdade de expressão e do direito à informação”. Por quê?

Muito obrigado por recuperar essa passagem, oportuna para nossa conversa. Muitas vezes, algumas vozes sugerem que haveria uma associação entre regulamentação, regulação e censura. Eu separo as palavras regulamentação e regulação por uma razão didática. A regulamentação tem a ver com o estabelecimento de normas para um determinado setor. Já a regulação tem a ver com o estabelecimento de agências que fiscalizam a observância das normas e podem promover ajustes, sempre de acordo com a lei e em circunstâncias específicas. As duas coisas são importantes para nós.

Quando se fala de regulação e regulamentação dos meios de comunicação no Brasil, algumas pessoas acham que é para fazer censura. Essa é uma discussão complicada, porque em vários países, como nas Filipinas, a pretexto de combater *fake news* adotou-se uma legislação com poderes específicos que resultou em censura. Não contra os produtores de *fake news*, mas contra a imprensa. Isso aconteceu e há riscos de acontecer, sem dúvida. Mas o núcleo desse projeto, que é um projeto democrático cumprido em tantos países, é o contrário. Uma regulamentação democrática monitorada por agências reguladoras, igualmente democráticas, não aumenta a censura. Mas prestigia a diversidade de vozes, a livre concorrência entre as empresas, impedindo o monopólio ou o oligopólio, e isso favorece o ambiente de muito mais liberdade. Até porque regulamentação e regulação não incidem prioritariamente sobre o conteúdo. Nós podemos e devemos pensar nessas normas a partir da defesa da liberdade de expressão e de imprensa e da defesa do direito à informação. Se não há diversidade de vozes, algumas fontes de informação não são acessíveis para o público. Nesse sentido é que eu falo de uma democracia, sobretudo da comunicação, apoiada sobre liberdade de expressão e liberdade de imprensa de um lado e direito à informação do outro lado.

Eu gostaria de fazer um adendo a isso. Muita gente pensa que as plataformas sociais aumentaram a liberdade, porque agora, dizem que “todo mundo pode falar e que todo mundo pode falar alguma coisa que, de repente, alcança toda a humanidade”. Isso é verdade, mas não é a descrição completa das plataformas sociais. E o que há de mais tem a ver com aquilo que eu disse, que é a lógica do desejo presidindo o fluxo dessas informações. E nós precisamos olhar todos os lados para entender que internet não é democratização da comunicação, nem da informação. A tecnologia é boa, mas as relações de propriedade que amarram essa tecnologia terão que ser revistas, ou a democracia correrá ainda maiores riscos.

Qual a responsabilidade do profissional de comunicação, do jornalista, na luta contra a desinformação?

A responsabilidade dos jornalistas é total. Podemos dizer que o jornalismo é um esforço histórico, social, institucional de combater a mentira, credice, superstição e o doutrinário. O jornalismo é gêmeo da democracia. A ideia da imprensa é uma ideia gêmea da democracia, porque ela procura uma interlocução baseada na razão. O jornalismo desde que existe é uma espécie de articulação da sociedade civil para combater a prevalência da mentira. Isso é original, faz parte do código genético da imprensa. Mas nesses tempos que correm, em que há uma expansão da pregação da mentira, o papel do jornalismo é voltar um olhar crítico para isso, buscando os fatos e buscando formas de conversar mais de perto com as pessoas. Eu diria que o jornalismo tem um dever que é de ser mais lido, mais visto e mais adotado como referência nos debates públicos. Nós vivemos um paradoxo: nunca as matérias jornalísticas e os textos jornalísticos de opinião foram tão vistos, lidos, ouvidos, distribuídos e compartilhados, e a sustentação dos negócios da imprensa enfrenta problemas – não apenas os privados. Estruturalmente, o ambiente não é propício para o crescimento do jornalismo, nós teremos que inverter isso.

No Brasil, o jornalismo tem que fazer uma cobertura objetiva, não opinativa, mostrando as forças que se valem das disputas democráticas para, vencendo eleições, trabalharem pela destruição da democracia. Isso precisa ser apontado. Porque no embate entre a democracia e a antidemocracia o jornalismo tem um lado. Não existe equidistância jornalística entre fascismo e a democracia. O jornalismo está do lado da democracia.

Atualmente, grande parte dos profissionais que se dedicam ao combate da desinformação pertence a grupos ou empresas privadas de checagem. Como o senhor avalia que seja o jornalista das futuras gerações?

É muito difícil para um professor responder a essa pergunta. Eu considero que nós, professores, temos um posto avançado de observação porque estamos em contato com as novas gerações, e aprendemos muito. Por aí, podemos ter mais elementos para antecipar como as próximas gerações tendem a se portar em dilemas éticos do futuro, com que compromisso social e político essas gerações estão entrando na profissão. Mas, mesmo assim, é muito difícil

antecipar alguma coisa que não seja baseada naquilo que a gente gostaria que fosse, ou gostaria que acontecesse. Eu vejo muita sabedoria nas turmas que estão chegando, uma relação mais rápida, uma capacidade mais veloz de apreender o sentido do tempo. É verdade que essa geração não mergulha em um livro ao longo de muitos dias, mas ao mesmo tempo ela tem uma potência de visão panorâmica que é muito mais desenvolvida do que a minha geração tinha.

Para antecipar alguma coisa, eu penso que nós temos um marco para guardar: a vigência dos Direitos Humanos. E esses direitos incluem a liberdade, que é o começo e o fim da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁶⁸. Neste documento, *liberdade* é o primeiro adjetivo no artigo 1º: todas as pessoas nascem *livres* e iguais em dignidade e direitos. E também aparece no final do artigo 30, como o substantivo *liberdades*. Liberdade é o começo e o fim. É de onde parte e é aonde chega o exercício dos Direitos Humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é o principal documento ético do nosso tempo, de valor incomensurável. A pauta deve sempre observar os Direitos Humanos. Eu penso que, se nós tivermos esse compromisso, poderemos ter jornalistas e comunicadores atuando para formar um futuro um pouco melhor. Além disso, existe a necessidade de formação para habilidades com a tecnologia. Esses saberes terão que ser desenvolvidos nas novas gerações, com elas e grande parte por nós, professores.

De que maneira a academia pode contribuir na formação de um jornalista mais combatente à desinformação?

O ensino do jornalismo pode ser muito mais atuante e ter experiências laboratoriais dos cursos de graduação. Por exemplo: podemos ter o incremento de disciplinas para as quais nós não costumamos prestar atenção, como fundamentos do direito, da economia, estudo das religiões, do fanatismo, entre outros.

Eu gosto muito da ideia de ter formação de jornalistas em nível de pós-graduação. Nós teríamos que trabalhar em relação a isso para que pudéssemos formar jornalistas profissionais que tenham graduação em outras disciplinas. Isso poderia ampliar o nosso repertório e poderíamos contribuir ainda mais com a sociedade.

⁶⁸ Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 5 jul. 2022.

Professor, como aliar universidade e sociedade no combate à desinformação?

Existem muitas maneiras. Eu penso muito em universidade pública. O caráter público da universidade é para mim um caráter inarredável da definição de universidade. Numa universidade defendemos teses de portas abertas. Uma universidade só existe se dialoga com a sociedade. Existe sempre uma dimensão pública no conhecimento produzido nesses espaços, mesmo quando eles são privados. A realização do educador e do pesquisador acontece quando aquilo que ele ensina ou pesquisa resulta em benefícios para a humanidade. É para isso que a gente trabalha; e essa é a maior gratificação que nós fazemos. Logo, não faz sentido uma universidade ser isolada, como uma biblioteca medieval em um mosteiro. Não há sentido em uma universidade que não tenha essa vocação pública, humanista.

Como é que nós traduzimos tudo isso para o combate à desinformação? Isso pode se materializar em acordos, como o que estamos desenhando atualmente entre a Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral e várias universidades para desenvolvermos vacinas contra a desinformação. Isso é uma possibilidade. A educação no sentido amplo, no sentido da extensão, também pode funcionar muito para que as pessoas se defendam da desinformação. Cresce no Brasil uma série de iniciativas para educar os educadores para que eles consigam dar uma educação midiática, para os meios desde os primeiros anos de escola. Nós precisamos capacitar crianças, adolescentes, jovens a conviverem no mundo em que os bens de comunicação têm sido usados como se fossem trincheiras de uma guerra cultural, em que um dos lados quer acabar com a democracia. A universidade pode e deve fazer tudo isso, está fazendo, mas essa batalha é longa. E um dos capítulos mais bonitos, sem a menor dúvida, é a Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). Adotar o tema “Ciências da Comunicação contra a Desinformação” como o mote do seu congresso⁶⁹ não é por acaso. Isso é compromisso com a democracia, com a humanidade; e é exatamente assim que funciona. Eu me sinto muito feliz de ser parte desse esforço aqui e agora.

REFERÊNCIAS

BRISOLA, A.; BEZERRA, A. C. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA

⁶⁹ “Ciências da Comunicação contra a Desinformação” é o tema do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, de 2022.

INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais**. [...]. Londrina: ENANCIB, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1219/1636. Acesso em: 28 jun. 2022.

BUCCI, E. Democracia e seus inimigos. **Conecte-se!** Revista Interdisciplinar de Extensão, v. 5, n. 10, p. 16-32, 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view/27718>. Acesso em: 01 jun. 2022.

BUCCI, E. Desinformação e redes sociais, por Eugênio Bucci. **Um Brasil**, 05 nov. 2018. Disponível em: <http://umbrasil.com/noticias/desinformacao-e-redes-sociais-por-eugenio-bucci>. Acesso em 01 jun. 2022.

BUCCI, E. O que é desinformação? **Estadão**, 04 jun. 2020. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,o-que-e-desinformacao,70003323912>. Acesso em: 28 jun. 2022.

INTERVOZES. Desinformação: ameaça ao direito à comunicação muito além das fake news. Disponível em: **Intervozes**, Coletivo Brasil de Comunicação Social, jul. 2019. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/desinformacao-ameaca-ao-direito-a-comunicacao-muito-alem-das-fake-news/>. Acesso em: 25 jun. 2022

MEDINA, C. de A. **Entrevista, o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1990.